

**AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO – PREGOEIRO(A) DO CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLO SUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2026**

**PROCESSO Nº. 2026-H6F58**

**MOACIR ZUCHETTO JUNIOR ME**, pessoa jurídica de direito privado, rua Rio Negro, 13, Hélio Ferraz – Serra/ES – CEP 29160-551, inscrita no CNPJ sob o nº. **23.382.063/0001-55**, neste ato representado pelo seu representante legal, Sr. MOACIR ZUCHETTO JUNIOR, CPF nº. 114.832.177-28, vem apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PELOS FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO ABAIXO EXPOSTOS:**

## **I. DA LICITAÇÃO**

A impugnação é o momento oportuno para os licitantes conhecerem as intenções da Administração, assim como é o momento para esta eventualmente corrigir, aprimorar ou complementar a licitação, **sob pena de se ter um processo conturbado e prejudicial ao erário público.**

A IMPUGANTE tem por norte contribuir para um certame transparente e que possa permitir o máximo de fidelidade das propostas ao Interesse Público, daí que se espera a análise de forma fundamentada – ainda que para negar – de todas as questões aqui apresentadas, caso não se proceda de tal forma, corre-se o risco de eventual suspensão do certame por órgão externo.

*Visa-se Empresa Especializada para a Disponibilidade Temporária, sob Demanda dos Municípios Consorciados, de Solução Integrada de Bens e Serviços de Apoio à Realização de Atos e Atividades Públicas, de Natureza Institucional, Cultural e Comemorativa em Espaço Público.*

Não obstante à lisura do procedimento administrativo que culminou na mencionada licitação, a **IMPUGNANTE** vem requerer o acolhimento dos pontos nos tópicos subsequentes. **Caso a ADMINISTRAÇÃO JULGUE prudente, deverá suspender o CERTAME para providenciar pareceres visando fundamentar eventual acolhimento ou indeferimento desta impugnação.**

**Mais a mais, a licitação visa locação de bem que tem histórico e dados armazenados dentro do ente federativo que devem ser levados a conhecimento de todos os interessados, sob pena de ferir a isonomia e a publicidade, mais grave, prejudicar o erário público.**

A **RESPONSABILIDADE DO AGENTE PÚBLICO é significativa**, tanto pelo valor do contrato, como pela duração e serviços financiados por ente externo. Daí a importância do seguinte conjunto de impugnações e esclarecimentos demandados para que a licitação reúna não só aspectos do menor preço, mas da melhor contratação, afastando dúvidas e melhorando a qualidade das propostas.

É imperativo ressaltar o papel fundamental e o **poder-dever** do Agente de Contratação/Pregoeiro na fiscalização e garantia da legalidade, transparência e competitividade do certame licitatório.

Mesmo que não tenha participado da fase interna de elaboração do edital e seus anexos, o agente responsável pela condução da fase externa não é um mero executor passivo. Sua atuação exige proatividade na identificação de quaisquer disposições que comprometam a lisura do processo.

A jurisprudência dos Tribunais de Contas – especialmente o Tribunal de Contas da União – tem sido rigorosa quanto à responsabilização de agentes que se omitem diante de irregularidades manifestas.

O **Acórdão 6556/2025-TCU-2ª Câmara** (TC 011.675/2018-7) é um exemplo contundente dessa postura. Neste caso, o Tribunal manteve a condenação em multa do pregoeiro por ter conduzido um Pregão que continha uma **cláusula manifestamente ilegal e restritiva à competitividade**.

Conforme a análise do Acórdão, mesmo diante das alegações do pregoeiro de que a definição dos critérios de habilitação não era de sua competência e de que o edital teria sido aprovado por órgãos jurídicos, o TCU foi enfático.

O Tribunal destacou que a cláusula "era sabidamente ilegal" e que o pregoeiro "**deveria ter representado à autoridade superior**". O voto do relator reafirma que "é dever do pregoeiro se recusar a cumprir cláusulas manifestamente ilegais, devendo, ao contrário, dar conhecimento do fato ao superior hierárquico".

A responsabilização do pregoeiro foi mantida porque ele "atraiu para si a responsabilidade por conduzir o certame na presença de indícios de cerceamento de competição", e a eventual responsabilidade de outros agentes não descaracterizava a sua própria, pois ele estava "no domínio do fato para exercer suas prerrogativas e impedir a ocorrência da irregularidade".

O entendimento do TCU é claro: o agente de contratação/pregoeiro possui o dever de fiscalizar ativamente o edital, independentemente de sua participação na fase interna, e de agir quando identificar disposições que maculem a legalidade e a competitividade.

**Portanto, as questões levantadas nesta impugnação apontam para ambiguidades e lacunas que, se não corrigidas, podem gerar restrições indevidas ou prejuízos à Administração e aos licitantes. A revisão e aprimoramento do edital, à luz dessas observações, demonstram a diligência e o compromisso com a boa gestão pública, o que demandam análise técnica com os pareceres necessários.**

## II. DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO

O Termo de Referência é sucinto para uma licitação de valor expressivo e limitou-se a justificar em síntese (item 3): *A Fundamentação da Contratação e de seus Quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

Sem desmerecer o teor, ele precisa ser devidamente destrinchado para amplo conhecimento e transparência sobre as necessidades dos Municípios, **por conseguinte, elaboração de propostas mais precisas**. Tomamos emprestadas as diretrizes do Tribunal de Contas de Minas Gerais sobre esta parte relevante do Termo de Referência:

**10.2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

MOTIVAÇÃO:	Dispositivos legais:
• Justificativa acerca da necessidade, conveniência e oportunidade da contratação pelo setor demandante. O princípio da motivação determina que a Administração deve justificar todos os seus atos, apresentadas as razões que o fizeram decidir sobre determinados fatos.	Art. 15, §7º, II, Lei n. 8.666/93; Art. 3º, I, Lei n. 10.520/02.
• É preciso justificar a natureza comum do objeto, uma vez que só é possível adotar a modalidade pregão se o objeto for comum.	• Decisões do TCEMG: Denúncia n. 812.494, 02/12/14 (motivação); Denúncia n. 838.977, 19/11/13 (consórcio); Edital de Licitação n. 958.114, 15/10/15 (consórcio).
• É preciso justificar o quantitativo do objeto, o que comprova a necessidade da contratação.	
• É preciso justificar a vedação à participação de empresas em consórcio.	
• É preciso motivar a opção pela contratação direta (dispensa e inexigibilidade), demonstrando o atendimento dos requisitos legais.	

<sup>1</sup> Disponível em <https://www.tce.mg.gov.br/img/2017/Cartilha-Como-Elaborar-Termo-de-Referencia-ou-Projeto-Basico2.pdf>

A contratação potencial de valor relevante deve estar assentada em um histórico e levantamentos sólidos sobre as necessidades dos órgãos demandantes dos serviços, **principalmente porque o próprio edital menciona que tomou por base consumo dos órgãos participantes em anos anteriores.**

**Dito isso, requer-se complementar as justificativas com as conclusões e relatórios sobre as demandas anteriores municipais, apontando inclusive:**

- Incluir os ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES ou pelo menos suas conclusões técnicas, econômicas e jurídicas para os itens cotados;
- Quantitativo de eventos anteriores que fundamentaram a licitação na cifra indicada pelos próximos 12 (doze) meses;
- Estudos apontando a economia projetada, **COMO SENDO MAIS VANTAJOSA NO MODELO LANÇADO DO QUE OUTRAS FORMAS (ITENS AUTÔNOMOS, LOTES TEMÁTICOS);**
- Definir o que são para o município considerados os eventos de pequeno, médio e grande portes (duração, quantidade de público esperado);
- Indicar o porte dos eventos realizados especificando, público-alvo estimado, duração dos eventos e datas em que ocorreram.

Cabe ressaltar que, tais informações são fundamentais para justificar a licitação pretendida, bem como determinantes para que empresas que nunca prestaram serviços aos municípios possam compreender a dimensão a partir do que foi contratado em outros momentos, eventual realização simultânea e as datas ESPERADAS (ainda que não seja uma obrigação contratual) com maiores solicitações para alocação de recursos e disponibilidade interna de materiais.

### III. DA DIVERGÊNCIA E AMBIGUIDADE NAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

O instrumento convocatório em análise padece de uma **inconsistência** em relação à documentação necessária para a qualificação econômico-financeira, especificamente no que se refere à apresentação do Balanço Patrimonial. Tal discrepância gera insegurança jurídica e potencial violação dos princípios da clareza e da isonomia. Vejamos:

- **O Edital (Item 12.3.2):** Preceitua que o Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis devem ser do "**último exercício social**". *Edital, Item 12.3.2* "Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da Empresa, vedada a sua substituição por ou Balancetes ou Balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta."



Rua Rio Negro, 13, Hélio Ferraz, Serra - ES.



(27) 99996-8338 |  jraudiovisual.vix@gmail.com



- **O Termo de Referência (TR) (Item 15.2):** Por sua vez, este anexo indispensável ao Edital estabelece que o Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis devem ser dos **"02 (dois) últimos exercícios sociais"**. *Termo de Referência, Item 15.2* "Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, incluindo Notas Explicativas, devidamente registradas na Junta Comercial, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da Empresa, vedada a sua substituição por ou Balancetes ou Balanços provisórios."

A existência de disposições conflitantes em documentos que compõem o mesmo Edital é **inadmissível e ofende princípios basilares da licitação**. Um licitante que seguir a determinação do corpo do Edital (apresentando apenas o último exercício social) pode ser inabilitado por não cumprir a exigência do Termo de Referência. Inversamente, um licitante que se preparar para dois exercícios pode ter incorrido em custos desnecessários.

A **Lei nº 14.133/2021**, em seu **Art. 69**, estabelece que a qualificação econômico-financeira pode ser comprovada por meio do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis.

Embora a lei não vede a exigência de balanços de períodos adicionais, tal requisito deve ser **claro, uniforme e, se for o caso, devidamente justificado**. A omissão de clareza gera dubiedade e pode configurar restrição indevida.

Ademais, a **Item 12.3.2.4** do Edital menciona que empresas com *menos de 1 (um) ano de existência* devem apresentar "Balanços de constituição e balancetes do mês anterior".

Contudo, não há diretriz explícita para empresas com **existência entre 1 (um) e 2 (dois) anos**. Se a exigência final for de "02 (dois) últimos exercícios sociais", estas empresas se encontrariam em um limbo, sem saber como comprovar sua qualificação, o que também fere a isonomia.

**Requer-se a imediata correção do Edital e do Termo de Referência para que a exigência de Balanço Patrimonial seja uniforme e cristalina, especificando de forma inequívoca se será exigido o documento referente ao último ou aos dois últimos exercícios sociais, devendo justificar a exigência para os dois últimos exercícios sociais.**

**Adicionalmente, que sejam definidas as regras claras para empresas com período de existência entre 1 (um) e 2 (dois) anos, garantindo assim a segurança jurídica e a clareza das regras do certame para todos os licitantes.**

#### **IV. DAS EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS E POTENCIALMENTE RESTRITIVAS NA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL**

##### **4.1. Do vínculo dos profissionais habilitados e a natureza futura da contratação (itens 12.5.2, 12.5.3, 12.5.6.2, 12.5.7.1, 12.5.8.1, 12.5.9.1 do edital / 17.3.1, 17.5.2, 17.6.1, 17.6.1 e 17.7.1 do TR)**

O Edital exige a comprovação de que a licitante *"possuirá em seu quadro permanente"* Engenheiros Civil e Elétrico (itens 12.5.2 e 12.5.3), e para os demais profissionais (Engenheiro Ambiental, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em



Rua Rio Negro, 13, Hélio Ferraz, Serra - ES.



(27) 99996-8338 |



jraudiovisual.vix@gmail.com

Cenografia e Técnico em Pós-Produção), exige a comprovação do vínculo mediante: a) CTPS ou ficha de registro; b) Contrato social (se sócio/administrador); ou c) *Contrato de prestação de serviços registrado em cartório*.

A natureza da presente licitação é um **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, do tipo "**MENOR PREÇO POR LOTE**", para uma *"futura e eventual contratação"* sob demanda dos municípios consorciados. Ou seja, a contratação é incerta em seu momento e volume, dependendo da demanda futura dos entes consorciados.

Nesse contexto, exigir que a licitante possua *hoje*, no momento da habilitação, profissionais com vínculo formal de *"quadro permanente"* ou, ainda mais onerosamente, por meio de *"Contrato de prestação de serviços registrado em cartório"*, para uma contratação que é futura e eventual, configura uma restrição indevida à competitividade e impõe um ônus excessivo e desnecessário.

A exigência de *"quadro permanente"* ou *"contrato de prestação de serviços registrado em cartório"* implica a necessidade de a licitante arcar com os custos de manutenção desses profissionais (salários, encargos, custos de registro etc.) **antes mesmo de ter qualquer garantia de que será de fato contratada**.

Tal prática onera desproporcionalmente as empresas, especialmente as menores, que não teriam condições de manter um corpo técnico tão diversificado e especializado de forma permanente para uma demanda incerta.

A Lei nº 14.133/2021 busca garantir a capacidade técnica no momento da execução do contrato, e não previamente à sua formalização, quando se trata de contrato futuro e incerto. A comprovação do vínculo do profissional com a empresa poderá ser feita mediante **contrato de prestação de serviços** (sem a restrição de registro em cartório para este tipo de comprovação, o que denota um excesso no edital), ou até mesmo por **declaração de disponibilidade do profissional**, desde que apresentada no momento oportuno, geralmente no momento da contratação.

O registro em cartório de um contrato particular não acrescenta segurança jurídica relevante à comprovação do vínculo, mas gera custos e burocracia desnecessários.

É suficiente que a licitante demonstre que terá à sua disposição os profissionais necessários no momento da execução dos serviços, podendo comprovar essa disponibilidade por meio de declaração de compromisso de vinculação formal em caso de adjudicação, ou apresentação de contrato de prestação de serviços *válido e eficaz*, sem a necessidade de prévio registro em cartório.

**Desta feita, requer-se eliminar** a exigência de que os contratos de prestação de serviços sejam *registrados em cartório* e permitir que o vínculo de todos os profissionais (**itens 12.5.2, 12.5.3, 12.5.6.2, 12.5.7.1, 12.5.8.1, 12.5.9.1 do edital / 17.3.1, 17.5.2, 17.6.1, 17.6.1 e 17.7.1 do TR**) possa ser comprovado, alternativamente, por meio de **declaração de compromisso de vinculação formal do profissional com a empresa**, a ser efetivado no caso de adjudicação e convocação para a contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### 4.2. Da ilegal exigência de “laudos de monitoramento ambiental” e engenheiro ambiental

O Edital exige, para a comprovação da capacidade técnica do Engenheiro Ambiental, a apresentação de atestado(s) que comprove(m) que o profissional *"tenha atuado como responsável técnico na elaboração e/ou coordenação de, no mínimo, 02 (dois) Laudos de Monitoramento Ambiental (preferencialmente de Ruído Ambiental) para atos e atividades públicas de complexidade e porte compatíveis com o objeto desta licitação."*

Não há no edital nenhuma justificativa concreta para fundamentar tal qualificação técnica, sendo sequer relacionada a qualquer parcela relevante que efetivamente exija tal comprovação técnica. **Não basta apenas justificar dizendo que há sistemas de SONORIZAÇÃO, mas é preciso indicar a exigência legal que demanda tal profissional, sua experiência E QUAL PARECER TÉCNICO INTERNO PRODUZIDO A PARTIR DOS SERVIÇOS IDENTIFICADOS DEMANDARÃO TAL PROFISSIONAL.**

Convém mencionar que, o edital trouxe várias diretrizes de sustentabilidade, ou seja, não pode exigir que se comprove experiência prévia de algo que futuramente será avaliado, o que inevitavelmente restringe e possivelmente direciona o certame para pouquíssimas empresas que possuam tal documentação. Neste sentido, os Tribunais de Contas da União historicamente e a Lei de Licitações:

REPRESENTAÇÃO. INDÍCIOS DE FALHAS NO EDITAL E INABILITAÇÃO DE LICITANTE. PROCEDÊNCIA PARCIAL. CIÊNCIA. A comprovação de vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza jurídica do profissional certificado **deve ser exigida apenas na assinatura do contrato** (e não na habilitação), de modo a não restringir ou onerar desnecessariamente a participação de empresas na licitação. (TCU - RP: 03302520169, Relator: ANA ARRAES, Data de Julgamento: 23/10/2018, Segunda Câmara)

REPRESENTAÇÃO. COMPANHIA DE PESQUISAS DE RECURSOS MINERAIS. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS DE SONDAS MULTIPARÂMETROS. **EXIGÊNCIAS EXCESSIVAS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. RESTRIÇÃO AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE.** REVOGAÇÃO DO CERTAME. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. CIÊNCIA DAS IMPROPRIEDADES. ARQUIVAMENTO. (TCU - RP: 70502023, Relator: VITAL DO RÊGO, Data de Julgamento: 25/07/2023)

SÚMULA Tribunal de Contas da União nº [263](#): Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação

da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, **devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.**

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o [inciso VII do caput do art. 12 desta Lei](#), sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica**, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Ora, uma simples análise dos quase 150 (cento e cinquenta) itens cotados e verifica-se que tal exigência é completamente desproporcional, tanto no aspecto da dimensão (se refere a parcela ínfima), quanto em valores (há estruturas de montagem que possuem valor muito superior a qualquer item que se possa relacionar a tal requisito).

Além do mais, o item 12.5.6 – Profissional Habilitado em Gestão Ambiental e Ruído do edital não faz nenhuma menção a quais itens exatamente é uma exigência indispensável, nem mesmo indica obrigações legais, conclusões do termo de referência ou do ETP que possam justificar sua necessidade como qualificação técnica.

Ato contínuo, o item **12.5.6.3** aumenta as exigências técnicas, devendo o profissional indicado tenha no mínimo *02 (dois) Laudos de Monitoramento Ambiental (preferencialmente de Ruído Ambiental) para atos e atividades públicas de complexidade e porte compatíveis com o objeto desta licitação.*

Tal requisito sequer possui parâmetros objetivos de avaliação, pois não há DEFINIÇÃO DE COMPLEXIDADE E PORTE DOS EVENTOS QUE SERÃO ATENDIDOS. A licitação foi supostamente organizada a partir da demanda de inúmeros municípios, porém, não houve qualquer parametrização dos portes dos eventos que serão atendidos. **Como então tais laudos poderão ser exigidos e objetivamente comparados com informação que não se tem no edital e nos anexos?**  
**Em caso semelhante, anulou-se o certame:**

Posto isto, a relevância técnica almejada pela Administração **deveria estar embasada em critérios estritamente técnicos aptos a ser desempenhado pelo licitante vencedor**, este



dentro do conjunto de licitantes detentores de expertise que justifiquem a medida de alta qualificação para execução fiel e integral do objeto do contrato. Contrariamente da lógica de razoabilidade das duas atividades suscitadas na análise inicial desta Coordenadoria (peça nº. 38), a AMMESF as elencou para fins de exigência de **atestados, sem uma fundamentação técnica relevante no instrumento convocatório, ferindo os princípios da isonomia, proporcionalidade e da motivação administrativa.** (PROCEDÊNCIA PARCIAL DA DENÚNCIA/REPRESENTAÇÃO (TCE-MG - DENÚNCIA: 1121047, Relator.: CONS. AGOSTINHO PATRUS, Data de Julgamento: 08/04/2025, PRIMEIRA CÂMARA, Data de Publicação: 06/05/2025))

Diante deste cenário, **requer-se a exclusão de tais exigências**, pois não possuem qualquer respaldo legal e técnico no procedimento em comento.

Caso não seja acatada a impugnação neste ponto, **requer-se que sejam apresentadas as fundamentações legais e técnicas do procedimento interno que amparam tais requisitos de qualificação técnica.**

#### **4.3. Das exigências de documentação ambiental e sua abrangência excessiva (itens 12.5.6.3 e 17.5.3 do edital/TR)**

Caso superado o item 3.2., esta exigência é excessivamente abrangente e desproporcional, dado o modelo de contratação por "*MENOR PREÇO POR LOTE*" e a diversidade dos itens licitados.

**A depender de como efetivamente está organizada**, a imensa maioria dos lotes ou itens a serem contratados no âmbito do Registro de Preços NÃO demandam *Laudos de Monitoramento Ambiental*, muito menos especificamente de *Ruído Ambiental*.

Por exemplo, a contratação de mobiliário (itens 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55), cabos (itens 63, 68), microfones (itens 64, 65, 103, 104), notebooks (item 66), ou serviços de cinegrafista (item 136), controlador de público (item 137), controlador de tráfego (item 138), DJ (item 140), entre outros, não possuem relação direta ou impacto significativo que justifique a exigência de um profissional com experiência em laudos de ruído ambiental para a *empresa* que porventura forneça apenas esses itens.

A exigência de qualificação técnica deve ser compatível e pertinente ao objeto a ser executado. Demandar que todas as licitantes, independentemente dos lotes em que pretendem concorrer, comprovem experiência em laudos

ambientais/ruído, restringe indevidamente a participação de empresas que, embora plenamente aptas a fornecer itens ou serviços específicos, não atuam em todas as esferas ambientais.

A comprovação de tal capacidade técnica ambiental só seria justificável para os lotes ou itens que, de fato, impliquem a geração de ruído ou outros impactos ambientais significativos, como os serviços de sonorização de grande porte (itens 84, 92, 93, 94) e iluminação cênica de grande porte (item 79).

Mesmo nestes casos, a exigência deveria estar vinculada à atuação do profissional e, de forma mais geral, à capacidade da empresa em propor soluções de mitigação, e não necessariamente em ter um atestado de laudo de monitoramento ambiental para *qualquer* item.

**Desta feita, requer-se** condicionar a exigência de comprovação de capacidade técnica em laudos de monitoramento ambiental (item 12.5.6.3 / 17.5.3) **apenas aos lotes ou itens do edital que, comprovadamente, gerem impacto ambiental significativo**, especialmente no que se refere à poluição sonora. **Caso a licitação seja processada por lotes, a exigência deve ser específica para os lotes pertinentes, EXCLUÍDA ou postergada para fase da contratação.**

#### **4.4. Da obscuridade na exigência de atestado de capacidade técnico-operacional (item 12.5.4 do edital / 17.4 do TR)**

O item 12.5.4 – *Atestado de Responsabilidade Técnica do Profissional e Operacional* gera confusão e carência de critérios objetivos. A redação do subitem 12.5.4.1 foca *exclusivamente* na "*Capacidade Técnica Profissional (Profissional Habilitado)*", elencando os serviços (Cenografia, Palco 18x14, Projeção Mapeada, Iluminação Grande Porte, Som Grande Porte) para os quais os *profissionais* devem ter ART/CAT.

A Lei nº 14.133/2021 diferencia claramente a capacidade técnico-profissional (referente ao profissional individual, comprovada por ART/CAT) da capacidade técnico-operacional (referente à empresa, comprovada por atestados de execução de serviços ou obras similares).

Ao intitular o item como "*Profissional e Operacional*" e, em seguida, detalhar apenas a comprovação da capacidade profissional, o Edital deixa em aberto como a capacidade técnico-operacional da *empresa* deve ser demonstrada para as parcelas de maior relevância, **não havendo planilha logo em seguida, sendo claro que, nem todos os itens que precisarão de atestado de capacidade técnico-operacional precisarão de atestado de capacidade técnico-profissional necessariamente, daí que o rol pode ser distinto.**

Não são estabelecidos critérios objetivos para a avaliação da capacidade técnico-operacional da *empresa* para os serviços que deveriam ser adequadamente listados. Quais seriam os quantitativos mínimos? Quais características



seriam consideradas *operacionais* para a empresa? Sem esses critérios, a avaliação se torna subjetiva, ferindo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da igualdade entre os licitantes.

A ausência de definição clara da capacidade técnico-operacional da empresa, além da capacidade dos profissionais, impede que os licitantes saibam exatamente o que devem apresentar para demonstrar sua aptidão para a execução do objeto.

**Deste feita, requer-se desmembrar e esclarecer o item 12.5.4 (e 17.4 do TR), definindo de forma clara e objetiva:**

**a) Capacidade Técnico-Profissional:** Manter as exigências para os profissionais (ART/CAT).

**b) Capacidade Técnico-Operacional:** Detalhar quais atestados de serviços *executados pela empresa* são exigidos para as parcelas de maior relevância, indicando quantitativos mínimos, prazos de execução e outras características que permitam uma avaliação objetiva da experiência operacional da licitante, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

#### **4.5. Da ausência de justificativa para a escolha das parcelas de maior relevância e a da não inclusão de outras parcelas essenciais**

O item 12.5.4.1 (e 17.4.1 do TR) do Edital define como "parcelas de maior relevância e de valor significativo, visto a complexidade da Obra" os seguintes itens: Cenografia – Construção de Área Cultural (Item 2), Palco Cenográfico com Cobertura medindo 18x14 em Q60 (Item 6), Projeção Mapeada (Item 75), Iluminação Cênica Grande Porte (Item 79) e Som Grande Porte (Item 84).

A mera alegação de "complexidade da Obra" é vaga e insuficiente para justificar a escolha *exclusiva* desses cinco itens como as parcelas de maior relevância. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as parcelas de maior relevância ou valor significativo devem ser "*assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação*".

O Edital, ao adotar o regime de "*orçamento sigiloso*", não fornece o valor total estimado da contratação, impossibilitando a verificação objetiva se os itens listados de fato atendem ao critério legal dos 4%. Neste sentido:

Logo, a **falta de justificativas técnicas plausíveis** para escolha de alguns serviços previstos no edital pela AMMESF **como integrantes no rol da exigência de comprovação da qualificação técnico-operacional maculou o certame ao prever cláusulas de cunho restritivo**. [...]

Face ao exposto, acorde com os estudos técnicos de peças n. 38 e 77, **ante a falta de justificativas técnicas plausíveis para escolha de alguns serviços previstos no edital pela AMMESF como integrantes no rol da exigência de comprovação da qualificação técnico-operacional, voto pela procedência do apontamento de irregularidade em questão.** (PROCEDÊNCIA PARCIAL DA DENÚNCIA/REPRESENTAÇÃO (TCE-MG - DENÚNCIA: 1121047, Relator.: CONS. AGOSTINHO PATRUS, Data de Julgamento: 08/04/2025, PRIMEIRA CÂMARA, Data de Publicação: 06/05/2025))

A ausência de uma justificativa clara e numérica para a escolha desses itens específicos e a exclusão de outros compromete a transparência e a legalidade da exigência.

Lado outro, o objeto da licitação é a realização de eventos em *espaços públicos*. Essa natureza impõe riscos e complexidades muito além dos aspectos cênicos, de palco, iluminação, som e projeção. **Há itens com exigências de engenharia e segurança muito mais críticas, que sequer são mencionados como parcelas de maior relevância para atestados de capacidade técnica, a saber:**

- **Segurança estrutural e trabalhos em altura:** A montagem de estruturas como arquibancadas (Item 1), palcos cenográficos de diversos tamanhos (Itens 3, 4, 5, 6, 7 – sendo o Item 7 um Palco Concha Cenográfico de 18x14x9 metros de altura), Box Truss (Item 15) e Torres Fly (Itens 6 e 7) envolve, inegavelmente, **trabalhos em altura** e a montagem de **estruturas provisórias de grande porte** que requerem rigoroso controle de segurança estrutural. A capacidade da empresa em gerenciar a segurança da montagem, operação e desmontagem dessas estruturas, e em obter os **alvarás de Segurança junto ao Corpo de Bombeiros** e outras licenças pertinentes (como alvarás de funcionamento provisórios), é de *maior relevância e valor significativo*.

A ausência de comprovação da capacidade da empresa nesse tipo de serviço (e não apenas do profissional) é uma falha grave, que pode comprometer a segurança dos eventos e do público. O atestado de capacidade técnica operacional deveria abranger itens que demandam a **gestão de segurança em montagens de estruturas de grande porte e o histórico de obtenção de alvarás do Corpo de Bombeiros**.

- **Gestão de grandes geradores de energia:** O edital prevê a locação de geradores de até 250 KVA (Item 112). A instalação, operação e manutenção segura de equipamentos de geração de energia de grande porte em eventos em espaços públicos é uma atividade de alta complexidade e risco.



A capacidade da *empresa* de gerenciar essa infraestrutura elétrica temporária, garantindo a segurança de redes e distribuição, e o cumprimento das normas técnicas aplicáveis, **deveria ser considerada de maior relevância.**

Desta feita, requer-se:

- Apresentar justificativa clara e objetiva, com base nos critérios da Lei nº 14.133/2021 (inclusive o percentual de 4% do valor total estimado da contratação), para a escolha das parcelas de maior relevância;
- Esclarecer se será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação de experiência requisitada;
- Ampliar a lista de "parcelas de maior relevância e valor significativo" para incluir, no mínimo, a comprovação da capacidade técnica operacional da *empresa* em:
  - a) Planejamento e Execução de Segurança em Montagem e Desmontagem de Estruturas de Grande Porte (Ex: palcos, arquibancadas, Box Truss, Torres Fly);
  - b) Instalação e Gestão de Infraestrutura Elétrica Temporária de Grande Porte (Ex: geradores acima de 100 KVA) em eventos;
  - c) Coordenação e Gestão Integrada de Impactos Ambientais em Eventos de Grande Porte (resíduos, ruído, energia).

#### V. DA INSUFICIÊNCIA NOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E DE SEU MECANISMO DE VERIFICAÇÃO

O Edital demonstra uma preocupação com a sustentabilidade, conforme a **Item 11.2 do Termo de Referência**, que aborda temas como gestão da poluição sonora, resíduos sólidos e uso racional de energia.

Esta postura está em alinhamento com A **Lei nº 14.133/2021**, que incentiva a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Contudo, a redação atual dos requisitos de sustentabilidade é **excessivamente genérica e carece de mecanismos claros de comprovação e verificação.**

As diretrizes apresentadas são programáticas, mas não operacionais:

*Termo de Referência, Item 11.2* "A execução do objeto deverá observar:

- monitoramento e controle de emissões sonoras, conforme ABNT NBR 10.151 e Resolução CONAMA nº 001/1990;
- planejamento técnico da disposição de caixas acústicas, torres de som e sistemas de projeção sonora;
- adoção de medidas mitigadoras, sempre que constatada a possibilidade de extrapolação dos limites legais;



Rua Rio Negro, 13, Hélio Ferraz, Serra - ES.



(27) 99996-8338 |



jraudiovisual.vix@gmail.com

• atuação de profissional habilitado para avaliação, acompanhamento e emissão de laudos técnicos quando aplicável. (...) A contratada deverá assegurar:

- segregação adequada dos resíduos gerados;
- destinação ambientalmente correta, conforme a Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- reaproveitamento ou reciclagem de materiais sempre que tecnicamente viável;
- vedação expressa ao descarte em locais irregulares ou não licenciados. (...) Considerando o uso intensivo de energia elétrica em eventos, especialmente com sistemas de iluminação cênica, sonorização e projeção mapeada, a execução do objeto deverá priorizar:

- utilização de equipamentos eficientes e em adequado estado de conservação;
- dimensionamento técnico correto das cargas elétricas;
- redução de desperdícios energéticos durante a operação;
- desligamento programado de sistemas fora do período de uso."

Apesar de enumerar as expectativas, o Edital **não especifica**:

- **O Momento da comprovação:** Em que fase do certame ou da execução contratual o licitante/contratado deverá apresentar evidências do cumprimento? Seria na habilitação, na assinatura do contrato, em cada Ordem de Serviço, ou em relatórios periódicos?
- **As métricas e indicadores objetivos:** Como a Administração irá aferir a "eficiência" dos equipamentos, a "redução de desperdícios" ou a "segregação adequada"? Existem metas quantitativas ou qualitativas (ex: percentual de resíduos reciclados, índice de eficiência energética)?
- **A documentação exigida:** Quais são os documentos formais que a licitante/contratada deverá apresentar (ex: certificações ambientais, planos de gestão de resíduos, laudos de eficiência energética de equipamentos, relatórios de monitoramento)?
- **A metodologia de fiscalização:** Como a Administração fará a fiscalização para garantir o cumprimento dessas diretrizes durante a execução do objeto?
- **Vários itens sequer possuem identificação sobre a sua DIÁRIA (4h, 6h, 8h, 12h, 24h), como tais critérios de sustentabilidade poderão ser aferidos?**

A falta de clareza na operacionalização desses requisitos gera **incerteza na precificação** para os licitantes. Sem saber como e quando serão exigidas as comprovações, as empresas podem:



Rua Rio Negro, 13, Hélio Ferraz, Serra - ES.



(27) 99996-8338 |



jraudiovisual.vix@gmail.com

- **Superestimar custos:** Inserindo margens de segurança para cobrir possíveis exigências futuras não detalhadas, elevando o preço final da proposta.
- **Apresentar propostas desalinhadas:** Com riscos de não cumprir as expectativas da Administração ou de serem penalizadas.
- **Dificultar a fiscalização efetiva:** Transformando a diretriz de sustentabilidade em mera formalidade, sem o impacto ambiental e social desejado.

A Lei nº 14.133/2021 preza pela objetividade nos critérios de julgamento e habilitação. Requisitos de sustentabilidade, embora importantes, precisam ser **claros, mensuráveis e verificáveis** para serem eficazes e justos.

Requer-se a imediata complementação do Termo de Referência para especificar, de forma clara e objetiva, os mecanismos de comprovação e verificação dos requisitos de sustentabilidade, incluindo:

- (A) O momento exato em que cada comprovação será exigida (habilitação, execução, entrega final).
- (B) As métricas e indicadores quantitativos ou qualitativos para a aferição do cumprimento (ex: percentuais de reciclagem, padrões de eficiência energética), CONSIDERANDO AS DIÁRIAS DOS RESPECTIVOS ITENS.
- (C) A documentação formal que os licitantes deverão apresentar (ex: planos de gestão ambiental, certificados, relatórios de auditoria).
- (D) A metodologia de fiscalização a ser aplicada pela Administração, garantindo a efetividade e a transparência da política de contratações sustentáveis, CONSIDERANDO A DIÁRIA DOS RESPECTIVOS ITENS.

## VI. DAS LIMITAÇÕES À SUBCONTRATAÇÃO: AMBIGUIDADE CONCEITUAL E FALTA DE JUSTIFICATIVA ROBUSTA

O Edital estabelece um regime de subcontratação que, embora a permita parcialmente, o faz com **ambiguidades conceituais** e sem uma **justificativa pormenorizada** para suas restrições, impactando a flexibilidade e a competitividade do certame. São as disposições confusas sobre a subcontratação:

- **Edital (Item 18.7):** "É admitida a subcontratação parcial do objeto deste Pregão, desde que previamente autorizada pela Administração e no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, permanecendo a responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto."
- **Termo de Referência (TR):** Apresenta disposições que criam zonas de incerteza.
  - **Item 11.4.1:** Inicia com uma vedação ampla: *Termo de Referência, Item 11.4.1* "É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que

não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado."

- **Item 11.4.2:** Em seguida, permite a subcontratação "até o limite estabelecido de 30%": "A Contratada poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte do serviço, até o limite estabelecido de 30%, desde que justificada a inviabilidade técnica econômica da execução integral por parte da Contratada e que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas."
- **Item 11.4.2.2:** Detalha as condições e mantém a vedação da "parcela principal": *Termo de Referência, Item 11.4.2.2* "É permitida a subcontratação parcial do objeto até o limite máximo de 30% do valor total do Contrato, nas seguintes condições: a) Para a execução de serviços eventuais, que exijam profissional especializado e que em razão da complexidade, não possam ser executados pela equipe permanente ou por funcionários da equipe eventual que já prestam serviços para a empresa. b) É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação."

Os termos "**serviço secundário**", "**essência do objeto**" e "**parcela principal da obrigação**" são **subjativos** e não são devidamente definidos no Edital ou no Termo de Referência.

Para um objeto tão amplo e diversificado (146 itens de naturezas variadas, como estruturas, sonorização, cenografia, profissionais etc., todos em um único lote, supostamente), o que é "essencial" para um licitante pode ser "secundário" para outro. Essa falta de clareza gera:

- **Insegurança jurídica:** Licitantes não sabem quais partes do objeto podem subcontratar sem incorrer em penalidades.
- **Restrição à competitividade:** Empresas altamente especializadas em um ou mais "serviços secundários" podem ser desencorajadas a participar como subcontratadas ou podem ter dificuldade em se associar a um contratado principal devido à incerteza.
- **Potencial prejuízo ao erário:** A limitação a 30% pode inviabilizar a contratação da melhor expertise para serviços muito específicos que poderiam ser fornecidos por subcontratadas especializadas e mais eficientes.

A **Lei nº 14.133/2021** prevê a possibilidade de subcontratação, desde que haja previsão no edital e no contrato e que não se caracterize a subcontratação integral.

Para tanto, as condições para a subcontratação devem ser **claras e objetivas**, e as limitações, **devidamente justificadas** em estudos técnicos que demonstrem sua pertinência e necessidade, o que não se observa no presente caso.





A mera menção de "responsabilidade integral" não é suficiente para justificar a amplitude da restrição, especialmente quando o objeto é uma "solução integrada" de alta complexidade.

**Requer-se a revisão e a especificação das regras de subcontratação, com a seguinte especificidade:**

- **(A) Definição objetiva:** Que seja definido de forma **clara e objetiva** o que constitui "serviço secundário", "essência do objeto" e "parcela principal da obrigação" no contexto do vasto objeto licitado, preferencialmente por item ou grupo de itens.
- **(B) Justificativa do limite:** Que seja apresentada **justificativa técnica e econômica pormenorizada** para a fixação do limite de 30% e para as demais vedações, demonstrando que tais restrições são indispensáveis para a execução do objeto e não implicam em restrição indevida à competitividade.
- **(C) Regras para subcontratadas:** Que o Edital preveja, se cabível, requisitos mínimos para as subcontratadas, especialmente em relação à regularidade fiscal e trabalhista, garantindo a legalidade de toda a cadeia de execução.

## **VII. DA AUSÊNCIA DE BANHEIROS**

O Edital visa um rol de inúmeros itens para atender múltiplos eventos em diversos municípios. Todavia, algo essencial não foi acostado ou não foi apresentada qualquer justificativa: sanitários.

Ora, considerando o nível de detalhes cotados, tem-se que, ao menos efetuou-se algum estudo interno neste sentido, ainda que para dispensar a contratação.

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 18, destaca a importância fundamental do planejamento na fase preparatória das licitações, exigindo a elaboração de estudos técnicos preliminares (ETP) que justifiquem a necessidade da contratação e detalhem os requisitos do objeto.

A contratação envolve a realização de eventos de "natureza institucional, cultural e comemorativa, em espaços públicos", o que naturalmente implica a presença de público, consequentemente, a necessidade de infraestrutura sanitária adequada.

A lista de serviços detalhados, que inclui desde estruturas cenográficas, palcos e sonorização até climatizadores e equipamentos audiovisuais, não faz qualquer menção a banheiros químicos.

Esta omissão sugere que a necessidade de instalações sanitárias pode não ter sido devidamente considerada ou analisada na fase de planejamento interno, o que é preocupante para a saúde, higiene e conforto dos participantes dos eventos.

Além da necessidade geral, a legislação brasileira impõe a obrigatoriedade de disponibilização de banheiros adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A ausência completa de qualquer requisito para banheiros químicos, conseqüentemente para unidades adaptadas, demonstra uma aparente desconformidade com as normas de acessibilidade e inclusão social.

Esta falha não apenas ignora um aspecto fundamental de direitos humanos, mas contradiz os princípios da legalidade e da eficiência que devem reger a Administração Pública, podendo ser objeto de nova licitação sem necessidade e com custos mais elevados

**Diante do exposto, requer-se a retificação do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2026 para incluir os estudos técnicos, pareceres e avaliações que justificaram a desnecessidade de locação de sanitários/banheiros.**

Caso não apresentados, requer-se a inclusão do levantamento para obrigatoriedade de disponibilização de banheiros químicos, observando-se a legislação vigente que determina a presença de unidades adaptadas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, correspondendo a, no mínimo, 10% do total de banheiros disponibilizados, garantindo-se pelo menos uma unidade adaptada.

#### **VIII. DA AUSÊNCIA DE CRONOGRAMA AINDA QUE ESTIMADO E DOS DADOS (PÚBLICO ESPERADO, PORTE E DURAÇÃO)**

É fato que a pandemia trouxe modificações profundas no cotidiano das pessoas e das instituições, mesmo agora que está supostamente controlada. Porém, o objeto do certame deriva de um conjunto de dados em relação aos eventos realizados no passado. Tais informações são essenciais aos interessados, ainda que condensadas e resumidas, posto que:

- Nenhuma empresa “vive” de apenas um contrato público. **Logo, o fornecimento destas informações permite a otimização, gestão e eficiência dos recursos dos contratados;**
- As informações em questão são públicas e fazem parte da boa governança, homenageando diretrizes para correta utilização do erário público;

Salienta-se que, informar período previsto no atual contexto é crucial para que as empresas possam se organizar, isto é, os interessados já irão se organizar e manter seus cronogramas internos alinhados, ainda que a ordem de serviço possa não se concretizar por causa extraordinária ou por qualquer outro motivo.



Rua Rio Negro, 13, Hélio Ferraz, Serra - ES.



(27) 99996-8338 |



jraudiovisual.vix@gmail.com

Lado outro, seguramente, há eventos como o próprio Edital mencionou que são do calendário anual. Quando então ocorrerão? Qual o porte? Qual o público esperado? Estes dados são essenciais para exato dimensionamento da proposta.

Portanto, requer-se explicitar o máximo de informações sobre o cronograma, ainda que estimadas e passíveis de alteração conforme alertado no edital, **com no mínimo data, duração, quantidade de público esperado e local.**

Caso não se acolha tal pleito, requer-se a produção dos pareceres técnicos para se afastar a publicação de informações que possui e que são fundamentais para formalização de propostas concretas e eficientes com erário público.

#### **IX. DA REALIZAÇÃO OU NÃO DE EVENTOS SIMULTÂNEOS, DA FALTA DE PROJETO OU DESCRIÇÃO DO LOCAL DA INSTALAÇÃO AINDA QUE ESTIMADA E SUJEITA À ALTERAÇÃO**

O Edital não acompanha nenhum memorial indicando os possíveis locais de instalação (loais normalmente utilizados e se são abertos, fechados, solo arenoso, calçamento, morros ou compactado etc.), bem como quais possíveis eventos ocorrerão fora da sede dos municípios, por exemplo, sequer foi acostado o estudo técnico preliminar. **Isso prejudica o deslocamento e logística do material, limpeza e transporte de equipamentos.**

Com todo respeito aos organizadores do certame, não parece razoável atender a possíveis EVENTOS ou locais SIMULTÂNEOS/DATAS PRÓXIMAS de vários órgãos diferentes sem uma mínima segurança em relação ao cronograma até mesmo para estimar propostas. Ora, se a vigência da ata é de 12 (doze) meses, espera-se que exista algum tipo de cronograma em razão do planejamento prévio.

Entende-se como inviável submeter os interessados aos prazos informados ante ao objeto a ser contratado, em especial, o prazo de início da execução, montagem e desmontagem, **principalmente quando não informação clara sobre eventos simultâneos.**

A ausência deste anexo ou pelo menos a determinação que serão apresentadas as condições de instalação prejudicam o oferecimento de propostas, seria razoável incluir cláusula contratual para estas informações para que as empresas possam calcular da melhor forma possível os recursos empregados.

**Sendo assim, necessário:**

- Anexar ao edital o cronograma previsto, especialmente se haverá eventos em períodos simultâneos;
- Anexar a definição municipal do que são seus eventos de PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, permitindo que as empresas possam se preparar logisticamente para disponibilização de recursos;

- Informar se o período de disponibilidade dos materiais prévios de MONTAGEM E DESMONTAGEM serão remunerados;
- Trazer informações sobre os eventos (CRONOGRAMA E DURAÇÃO, locais previstos, público estimado com base em usos anteriores etc.);
- Informar se a empresa deverá estar preparada para dois ou mais eventos simultâneos (inclusive de GRANDE PORTE, com quantitativo de público esperado, cálculo este feito em eventos anteriores que os municípios possivelmente informaram na fase interna).

#### X. DA PERMISSÃO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME E DO PRAZO – AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA NO TERMO DE REFERÊNCIA PARA FORMA APRESENTADA

A chamada “carona” é um instituto previsto nos procedimentos administrativos. Contudo, sua utilização deve ser apoiada por: 1) estudos técnicos; 2) análises jurídicas e; 3) parecer conclusivo sobre os benefícios de sua utilização.

No caso em tela, não se aferiu uma única informação do Termo de Referência capaz de justificar sua utilização na forma proposta. Acerca da inserção no edital de licitação de cláusula que estabeleça ser possível a adesão a ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes do planejamento da contratação (“carona”), citam-se os seguintes acórdãos do Tribunal de Contas da União:

**Acórdão 311/2018** - Plenário Data da sessão 21/02/2018 Relator Bruno Dantas Enunciado: A inserção de cláusula em edital licitatório prevendo a possibilidade de adesão a ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes do planejamento da contratação (“carona”) **exige justificativa específica, lastreada em estudo técnico referente ao objeto licitado e devidamente registrada no documento de planejamento da contratação.**

**Acórdão 2842/2016** - Plenário Data da sessão 09/11/2016 Relator Bruno Dantas Enunciado: A utilização do sistema de registro de preços deve estar adstrita às hipóteses autorizadoras, **sendo a adesão medida excepcional. Tanto a utilização como a adesão devem estar fundamentadas e não podem decorrer de mero costume ou liberalidade.**

**Acórdão 757/2015** - Plenário Data da sessão 08/04/2015 Relator Bruno Dantas Enunciado: Eventual previsão em edital da possibilidade de adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes **deve estar devidamente motivada no processo administrativo.**

Outro ponto que causa insegurança na contratação é a falta de prazos. Os licitantes precisam de previsibilidade (principalmente por se tratar de REGISTRO DE PREÇO) para mobilizar seu operacional, principalmente quando atendem a múltiplos solicitantes e em locais diferentes. Essa coordenação se torna fundamental em ata de registro preço, quando múltiplos órgãos poderão fazer pedidos em datas próximas.

**Dito isso, requer-se ao Município estudos técnicos sobre a vantajosidade:**



- Apresentar no termo de referência a conclusão e as justificativas técnicas, econômicas e jurídicas que resultaram na permissão (ou não) dos órgãos não participantes ao preço eventualmente registrado, complementando o termo de referência para justificar o alcance de órgãos públicos não participantes, sendo **DETERMINAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS QUE TAL OPÇÃO SEJA FUNDAMENTADA;**
- Anexar os prazos para o procedimento da adesão, especificando o prazo mínimo da solicitação de adesão em relação aos eventos que se pretende a contratação e o prazo máximo que o Órgão Gerenciador terá para deferir ou não a adesão dos órgãos não participantes.

#### **XI. DA INABILITAÇÃO POR UTILIZAÇÃO DO MESMO PROFISSIONAL COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

O Termo de Referência não trouxe a penalidade de inabilitação das empresas que apresentarem o mesmo responsável técnico. Ocorre que, tal situação é passível de discussão, determinando que sua utilização seja aferida caso a caso, vejamos:

Assim, embora não exista uma norma específica, no contexto da lei licitação, proibindo expressamente que duas empresas concorrentes tenham o mesmo responsável técnico, é entendimento razoável que para se analisar a **ilegalidade da referida cláusula do Edital é imprescindível verificar caso a caso.** (Tribunal de Contas do Espírito Santo. Processo: 01263/2021-2 Classificação: Controle Externo - Fiscalização - Representação UG: SEAG - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca Relator: Sebastião Carlos Ranna de Macedo Interessado: PAULA GIACOMIN CANI, PAULO ROBERTO FOLETTO Representante: POLIPAVI - SANEAMENTO E PISOS LTDA)

**Logo, requer-se constar no certame se haverá alguma penalidade pela utilização do mesmo responsável técnico.**

#### **XII. DA AUSÊNCIA DE SIMETRIA DAS CLÁUSULAS PENAIAS**

O Edital dispõe sobre o pagamento, no entanto, não menciona as cláusulas penais no caso de atraso por parte da municipalidade **como a multa e juros moratórios (somente correção monetária)**, faltando isonomia e equilíbrio contratual, que são severamente onerados no caso de a prestação de serviço não ser devidamente remunerada.

O silêncio do Edital nesse sentido dificulta à parte a exercer a cobrança judicial dos débitos, especialmente por uma via executória, deixando a cargo do juiz a sua fixação. A Constituição Federal, em seu artigo 37, XXI, assim prevê:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, **com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento**, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Expõe-se ainda que o Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão nº 1920/2011, da Primeira Câmara, se manifestou pela inclusão do pagamento de juros e correção monetária no caso de atraso do pagamento, *in verbis*:

Tomada de Contas. Pagamento de despesas de exercícios anteriores com acréscimo de juros de crédito bancário. Taxas superiores aos índices de variação de preços. Ofensa ao princípio de indisponibilidade do patrimônio público. Ato de gestão antieconômico. Dano ao erário. Débito inferior ao limite para TCE. Contas irregulares. Multa.

11.4 Em pesquisa que realizamos junto aos sistemas do Tribunal, verificamos que o assunto foi bem abordado no Acórdão 1931/2004-Plenário.

11.5 Em seu voto que fundamentou o Acórdão 1931/2004-Plenário, o Relator, Excelentíssimo Senhor Ministro Walton Alencar Rodrigues, ao analisar a pretensão do Órgão de não pagar a atualização monetária à empresa contratada, assim discorre:

Essa solução, além de não se harmonizar com o princípio jurídico que veda o enriquecimento sem causa à custa alheia, aplicável às relações jurídicas de toda a espécie, não se conforma com a Constituição Federal (art. 37, inciso XXI) e com a Lei 8.666/93 (art. 3º), que determinam a manutenção das condições efetivas da proposta nas contratações realizadas pelo poder público.

11.10 Quanto ao pagamento de juros, ainda no voto mencionado, destacamos os trechos que seguem: Com relação ao cabimento dos juros moratórios, entendo oportuno tecer algumas considerações.

Como tal, negar à empresa contratada a composição de perdas e danos decorrentes de mora da própria Administração atentaria contra o primado da justiça que arrosta o enriquecimento sem causa, mesmo que essa exigência não esteja prevista em lei ou em disposição contratual.

Assim, entendemos que a Administração, em caso de atraso de pagamento pelos serviços efetivamente prestados, deve realizar a correção monetária destes valores com a incidência, inclusive, de juros moratórios que, em face de ausência de previsão contratual, devem ser os legalmente estipulados.

**Assim, deve o Edital ser retificado para incluir as penalidades e sanções previstas ao município caso este descumpra suas obrigações, com incidência de multa e juros moratórios (não apenas atualização monetária), estabelecendo uma simetria entre as punições para ambas as partes.**

## REQUERIMENTOS FINAIS

Diante de todas as questões levantadas, as quais indicam **ambiguidades, inconsistências e potenciais restrições indevidas**, é imperioso que a Administração Pública, em respeito aos princípios da legalidade, isonomia, publicidade e competitividade, reveja o instrumento convocatório.



Rua Rio Negro, 13, Hélio Ferraz, Serra - ES.



(27) 99996-8338 |  jraudiovisual.vix@gmail.com

Requer-se, portanto, o acolhimento da presente impugnação, com a consequente suspensão do Pregão Eletrônico nº 002/2026, para que o Edital e seus anexos sejam devidamente retificados, garantindo um processo licitatório justo, transparente e eficaz.

Termos em que pede deferimento.

Serra, 20 de fevereiro de 2026.

**Moacir Zuchetto Junior**  
**MOACIR ZUHETTO JUNIOR ME**  
CNPJ 23.382.063/0001-55

